



# Palavras, poderes e paixões: as emoções na Retórica e na Análise do Discurso

Luzmara Curcino  
Universidade Federal de São Carlos  
E-mail: luzmara\_curcino@ufscar.br

Carlos Felix Piovezani Filho  
Universidade Federal de São Carlos  
E-mail: cpiovezani@ufscar.br

**Resumo:** O artigo expõe o modo como as emoções foram (ou não) contempladas no interior da Retórica e da Análise do discurso. Para contemplar a primeira, examinamos I) as condições de emergência de duas tradições retóricas na Antiguidade, II) algumas passagens de tratados clássicos, principalmente, a *Retórica*, de Aristóteles, e III) certos trechos do compêndio luso-brasileiro oitocentista *Lições elementares de eloquência nacional*, de Francisco Freire de Carvalho. Já para tratar da AD, abordamos I) a escassa presença das emoções como objeto de interesse de boa parte dos estudos linguísticos contemporâneos, II) os desenvolvimentos por que passou a Análise do discurso francesa e III) a forma como ela pode e deve conceber e analisar as emoções, por meio de aportes da História das sensibilidades. Fundamentamos o exame desse material na própria Análise do discurso e em postulados da História das ideias linguísticas. É com base nessa fundamentação que avançamos a tese de que diferentes discursos sobre as relações entre as emoções e os usos da língua condicionam a presença ou não dos afetos como fenômeno pelo qual se interessaram esses dois campos dos estudos da linguagem.

**Palavras-chave:** *Discurso. Emoções. Retórica. Análise do discurso.*

**Abstract:** The article explores how emotions have (or have not) been considered within Rhetoric and Discourse Analysis. To contemplate the emotion, we examined I) the conditions of emergence of two rhetorical traditions in Antiquity, II) some passages from classical treatises, mainly Aristotle's Rhetoric, and III) certain passages from the nineteenth-century Portuguese-Brazilian compendium *Lições elementares de eloquência nacional*, by Francisco Freire de Carvalho. As for AD, we addressed I) the scant presence of emotions as an object of interest in most contemporary linguistic studies, II) the developments that French discourse analysis has undergone and III) how it can and should conceive and analyse emotions, using contributions from the history of sensibilities. We base our examination of this material on discourse analysis itself and on postulates from the history of linguistic ideas. It is on this basis that we advance the thesis that different discourses on the relationship between emotions and the uses of language condition the presence or absence of affections as a phenomenon in which these two fields of language studies are interested.

**Keywords:** *Discourse. Emotions. Rhetoric. Discourse analysis.*

## INTRODUÇÃO

A consideração ou não das emoções em nossas práticas de linguagem decorre da produção de diferentes discursos sobre as relações entre os sentimentos, a fala e a escuta humanas<sup>1</sup>. Há uma longa história de distintas coisas ditas a respeito dessas relações entre nossas palavras e nossas paixões. Mais do que isso: as afirmações e os debates sobre os afetos de linguagem são antiquíssimos, constantes e diversos na história das ideias linguísticas.

Podemos encontrar essa produção metalinguística em diferentes instituições, em diversos campos do conhecimento e em variados gêneros do discurso, em tempos e espaços distintos. Nessa longa história, o número e as combinações das paixões se alteraram consideravelmente, mas, em que pesem importantes variações e nuances, há certa constância no que se diz a seu respeito: elas são ora mais ou menos condenadas como doenças ou vícios e são ainda ora mais ora menos compreendidas, quando não exaltadas, como propriedade fundamental de nossa condição. No polo extremo do primeiro caso, as paixões desviam e dilaceram os seres humanos, enquanto, na extremidade do segundo, elas constituem essencialmente o que somos e talvez até carreguem consigo o melhor da humanidade.

Nosso propósito aqui consiste em expor o modo como as emoções foram (ou não) contempladas no interior da Retórica e da Análise do discurso (AD). Consideramos a primeira por meio de um exame I) das condições de emergência de duas tradições retóricas na Antiguidade, II) de algumas passagens de tratados clássicos, principalmente, a Retórica, de Aristóteles, e III) de certos trechos do compêndio luso-brasileiro oitocentista *Lições elementares de eloquência nacional*, de Francisco Freire de Carvalho. Já para o tratamento consagrado à AD, optamos por abordar i) a escassa

---

<sup>1</sup>Foge de nosso propósito estabelecer aqui as diferenças entre “paixões”, “afetos”, “sentimentos” e “emoções”. Para tanto, leitoras e leitores podem conferir Fiorin (2024).

presença das emoções como objeto de interesse de boa parte dos estudos linguísticos contemporâneos, ii) os desenvolvimentos por que passou a Análise do discurso francesa e iii) a forma como ela pode e deve conceber e analisar as emoções, por meio de aportes vindos da História das sensibilidades. Fundamentamos o exame desse material em postulados da própria Análise do discurso e em princípios gerais da História das ideias linguísticas. É com base nessa fundamentação que avançamos a tese de que diferentes discursos sobre as relações entre as emoções e os usos da língua condicionam a presença ou não dos afetos como pelo que se interessam esses dois campos dos estudos da linguagem.

## NO PRINCÍPIO, ERA A MÚSICA... E, DEPOIS, A RETÓRICA

Os gregos antigos acreditavam que a poesia tinha o poder de emocionar seus ouvintes. Há registros que indicam a razão dessa crença: os versos teriam uma origem divina e os próprios poetas cantavam esse poder emotivo da elocução. O narrador homérico afirma que todos os que estavam em torno de Aquiles choraram, ao ouvi-lo falar da morte de Pátroclo. Alguns desses poetas antigos, “como Orfeu e Empédocles eram considerados seres supra-humanos que dispunham de poderes excepcionais e misteriosos em vários domínios”. Outros tantos poetas recebiam “sua inspiração das musas, cujos poderes mágicos eram transferidos para os poemas que elas inspiravam” (Romilly, 2019, p. 23). De Homero a Píndaro, passando por Hesíodo, esse encanto da poesia sobre sua audiência, que lhe desperta a calma ou a ira, a piedade ou a indignação, passou a ser cada vez mais atribuído às misteriosas, mas, humanas, performances dos poetas e cada vez menos à sua proveniência dos deuses<sup>2</sup>. No bojo dessa mudança da esfera divina para a humana, ocorreria ainda outra passagem.

A emergência das primeiras análises da fala humana parecem datar do século VI a.C. No chamado mundo “ocidental”, a passagem de uma concepção global da fala poderosa dos poetas e de outros “mestres da verdade”, como oráculos e soberanos, que já faziam o que diziam no próprio dizer, para uma que torna possível a “análise” dessa fala, está atestada a partir desse período na Grécia antiga. Inicialmente, se trata de alguns registros mais ou menos esporádicos dessa segmentação, mas “as fontes se multiplicam no século seguinte, de modo que não podemos duvidar de que certa forma de análise da fala começou bem antes que Platão e Aristóteles o fizessem no século IV a. C.”. Sua motivação respondia a necessidades práticas, incidia sobre o desempenho poético e se fundamentava na ideia de que essa fala era uma “construção” humana.

Pouco antes do período clássico, “vimos aparecer uma disciplina que é o longínquo ancestral de todas as ciências da linguagem, a *mousiké*, o estudo da fala poética (da fala *cantada*), desse antigo dom

---

<sup>2</sup>Para mais informações sobre essas passagens de uma visão predominantemente teocêntrica para uma predominantemente antropocêntrica e vários de suas consequências, ver: Romilly (2019, p. 24) e Desbordes (1989, p. 154).

das musas”. Com sua emergência, se deu o início da classificação dos sons elementares de nossa fala “em vogais, semivogais e consoantes, a partir de critérios acústicos e articulatórios”, assim como se estabeleceram a determinação das “famílias de sons, geradas pela proximidade articulatória (labiais, dentais...)” e o estudo das “propriedades da sílaba (duração, acento...)” (Desbordes, 1989, p. 156; grifos da autora). Nessa fonética *avant la lettre*, seus precursores distinguem a melodia, o ritmo e outros aspectos da fala poética. Esse conhecimento prosódico atendia a uma busca pelo aumento da eficácia patética nas declamações dos poetas. O trabalho com os elementos da altura, da dinâmica e da qualidade de voz concorria para ampliar a pregnância, as paixões e os prazeres da poesia. Disso deriva a definição que lhe dava Górgias:

Considero e defino toda a poesia como um discurso sob medida. Sobrevêm, naqueles que a escutam, o tremor que habita o medo, a piedade que abunda em lágrimas, o luto que se compraz na dor, e a alma experimenta, diante das alegrias e dos reveses que advêm de ações e corpos estranhos, por intermédio dos discursos, uma paixão que lhe é própria. (Górgias, 2005, parágrafo 9, p. 297).

Além de reconhecer o poder de emocionar da poesia, o sofista vai reivindicá-lo para a prosa poética de que deveriam se valer os oradores que visavam a persuadir seus ouvintes. Essa misteriosa potência da palavra pública de encantar sua audiência não mais provinha de uma inspiração divina: “Se Górgias partia da poesia inspirada e da magia, para sua retórica ele não concedia nenhum espaço à inspiração. A arte do discurso não é somente mágica. Ela é técnica e, mais do que isso, é científica” (Romilly, 2019, p. 50 e 74). No pensamento de Górgias, há o germen da ideia de que esses encantos que os discursos promovem podem ser ensinados e aprendidos. Em que pese o fato de o ensino sofisticado só ter alcançado jovens da aristocracia grega, começa ali a surgir o pensamento de que qualquer um pode falar bem e persuadir públicos diversos de qualquer coisa, em quaisquer circunstâncias, se tiver instrução e acesso às técnicas oratórias e aos recursos retóricos. Com seu emprego, os discursos podem diminuir ou eliminar dores e sofrimentos, por um lado, e suscitar ou intensificar aflições, medos e angústias, por outro: “assim como tal droga faz sair do corpo um tal humor, e que umas fazem cessar a doença, outras a vida, assim também, dentre os discursos, alguns afligem, outros encantam, fazem medo, inflamam os ouvintes, e alguns, por efeito de alguma má persuasão, drogam a alma e a enfeitiçam” (Górgias, 2005, parágrafo 14, p. 299-300).

Para essa retórica gorgiana, os membros de um auditório são persuadidos com a sedução de sua alma, ornamentos de linguagem e sugestões que despertam afetos. A seu lado, outra tradição se formava a partir do início do século V a. C. Ela postulava que a persuasão é, antes, uma demonstração ao cérebro, porque o convencimento dos ouvintes se opera principalmente por meio de raciocínios lógicos. O “argumento de Córax” ilustra bem essa tradição. Nele, há tanto o princípio da antítonia, segundo o qual tudo o que pode ser feito por um discurso pode ser desfeito por outro, quanto o recurso

lógico de enfraquecer o argumento mais forte do adversário: “Se o ódio que eu nutria pela vítima torna prováveis as suspeitas que recaem sobre mim, é ainda mais provável que eu, pensando nessa acusação que me inculparia, não tenha cometido crime algum contra ela”(Aristóteles, 2005, Livro II, cap. 24, 1402a, p. 233). Aqui, a paixão do ódio é mencionada, mas não usada ou suscitada. A retórica de Aristóteles não vai ignorar as emoções fornecidas pelo discurso, mas o fará se distanciando de Górgias e se aproximando de Córax.

O estagirita postula para a retórica a condição de uma efetiva *técnica*, por meio da qual se pode discutir correta e precisamente qualquer tese. Nisto consiste a utilidade retórica: considerando que a verdade e a justiça são “por natureza mais fortes do que seus contrários”, precisamos ser capazes “de argumentar persuasivamente sobre coisas contrárias; não para fazer uma e outra coisa – pois não se deve persuadir o que é imoral – mas para que não nos escape o real estado da questão e para que, sempre que alguém argumentar contra a justiça, nós próprios estejamos habilitados a refutar os seus argumentos”(Aristóteles, 2005, I, 1, 1355a, p. 93-94). Para fins tão nobres, a técnica retórica aristotélica não conta com os poderes mágicos de atração e de sedução do discurso. Com base na razão, podemos mobilizar técnicas para empregar a linguagem e construir “as provas de persuasão fornecidas pelo discurso”. Elas “são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar”(Aristóteles, 2005, I, 2, 1356a, p. 96). A persuasão é obtida com a conjunção entre a imagem que o orador faz de si mesmo, as paixões que suscita em sua audiência e a argumentação racional, preferencialmente dedutiva. Nos termos consagrados pela tradição retórica, aqui se trata do encontro entre o *ethos*, o *pathos* e o *logos*.

Essa conjunção não deve ser entendida como perfeito equilíbrio entre esses três tipos de provas. Não há produção de linguagem humana que não compreenda uma imagem de si de quem fala pelo que diz e, sobretudo, por seus modos de dizer, estados emocionais e inclinações afetivas do falante e dos ouvintes e ainda informação e/ou argumentação. Mas, no pensamento retórico de Aristóteles, o *ethos* e o *pathos* estão subordinados à argumentação demonstrativa. O primeiro livro da *Retórica* condena a excessiva atenção dispensada às emoções nos tratados de oratória, “porque o ataque verbal, a compaixão, a ira e outras paixões da alma semelhantes a estas não afetam o assunto, mas sim o juiz”(Aristóteles, 2005, I, 1, 1354a, p. 90); sustenta que “está errado perverter o juiz incitando-o à ira, ao ódio ou à compaixão”; postula que “somos persuadidos sobretudo quando entendemos que algo está demonstrado”(Aristóteles, 2005, I, 1, 1354b, p. 93); e trata amplamente do *logos* ao longo de toda sua extensão. Já o segundo livro aborda as emoções e, em seguida, os caracteres do orador, mas também versa extensa e intensivamente sobre a demonstração racional, suas diferentes vias e seus diversos componentes. Se o objetivo da maioria das obras anteriores de retórica era o de promover o encantamento dos ouvintes, lhes suscitando paixões, Aristóteles, por sua vez, toca na dimensão afetiva

da linguagem, capaz de alterar nossos julgamentos, muito mais por meio de comentários, digamos, racionais e teóricos do que mediante recomendações sobre o modo como elas poderiam ser provocadas no auditório:

Os factos não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado ou para o calmo, mas, ou são completamente diferentes ou diferem segundo critérios de grandeza. Por um lado, quem ama acha que o juízo que deve formular sobre quem é julgado é de não culpabilidade ou de pouca culpabilidade; por outro, quem odeia acha o contrário. [...] As emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrárias. Mas convém distinguir em cada uma delas três aspectos. Explico-me: em relação à ira, por exemplo, convém distinguir em que estado de espírito se acham os irascíveis, contra quem costumam irritar-se e em que circunstâncias. (Aristóteles, 2005, II, 1, 1377b e 1378a, p. 159-161).

Metodicamente, Aristóteles examina cada uma das paixões de que trata no segundo livro de sua obra (a ira e a calma, a amizade e a inimizade, o temor e a confiança, a vergonha e a desvergonha, a amabilidade, a piedade, a indignação, a inveja e a emulação), indicando suas causas e o que elas causam, a quem elas acometem e quem as suscita, as ocasiões em que elas ocorrem e a variação em suas gradações. Suas considerações sobre a ira se encerram nestes termos: “É com isto, falamos, simultaneamente, das pessoas contra quem se sente ira, em que estados de espírito e por que motivos” (Aristóteles, 2005, II, 2, 1380a, p. 166). O pressuposto aristotélico é o de que, conhecendo esses dados, aos quais se chega pela reflexão e análise racionais, o orador estará em condições de provocar as paixões adequadas em seu auditório: “É evidente que o orador deve dispor, por meio do discurso, os seus ouvintes de maneira que se sintam na disposição de se converterem à ira, representando os seus adversários culpados daquilo que a provoca e como sujeitos dotados de um caráter capaz de a excitar”(Aristóteles, 2005, II, 2, 1380a, p. 166).

Justamente porque Aristóteles busca ordenar esses emblemas da desordem e da agitação dos julgamentos e identificar uma lógica nas paixões, não encontraremos em sua *Retórica* recomendações para que o orador as experimente e, assim, possa melhor suscitá-las em seu público. Em contrapartida, não estarão ausentes da reflexão aristotélica as considerações sobre aspectos antropológicos e sociais das emoções que modificam suas gradações. Não estamos igualmente passíveis às paixões diante da proximidade ou da distância espacial e cronológica dos fatores e sujeitos que as provocam: tememos os males “próximos e prestes a acontecer; os males demasiado distantes não nos metem medo. Com efeito, toda a gente sabe que vai morrer, mas, como a morte não está próxima, ninguém se preocupa com isso”(Aristóteles, 2005, II, 5, 1382a, p. 174). Há ainda certa consonância entre as distâncias e as velocidades na produção das paixões e de seus ardores. Todo prazer e toda dor serão mais intensamente experimentados quanto menos estiverem previstos, porque bens e males não esperados, que nos

chegam rapidamente, são respectivamente mais prazerosos e mais dolorosos do que aqueles já antevistos e/ou que nos vão acontecendo aos poucos.

## AS EMOÇÕES E AS RELAÇÕES SOCIAIS NA RETÓRICA ARISTOTÉLICA

No pensamento de Aristóteles, a relação entre os afetos e as relações sociais é abordada com base no fato de que os primeiros são suscitados e modificados pelas últimas. Se toda sociedade tem mecanismos de controle das emoções de seus membros, boa parte desses mecanismos funciona de acordo com o princípio de que não amamos nem odiamos o outro independentemente de nossas e das suas funções, de nossos e dos seus lugares sociais. Uma das causas da ira reside no desejo acompanhado de dor, porque não satisfeito:

Os seres humanos encolerizam-se quando sentem tristeza, pois quem sente amargura é porque deseja alguma coisa. Ora, se algum obstáculo se opuser ao seu desejo, quer diretamente, como por exemplo, quando alguém o impede de beber, quer indiretamente, em ambos os casos o resultado é nitidamente o mesmo. O ser humano encoleriza-se, se alguém se opuser à sua ação ou se alguém não colaborar com ele, ou se, de alguma forma, alguém o perturbar quando está em tal estado. Eis a razão pela qual os enfermos, os pobres, os que estão em guerra, os amantes e os que têm sede e, em geral, os que desejam ardentemente alguma coisa e não a satisfazem são iracundos e facilmente irritáveis, sobretudo contra aqueles que menosprezam a sua situação. (Aristóteles, 2005, II, 2, 1379a, p. 163).

Uma vez mais a gradação é algo fundamental na consideração aristotélica das paixões. A ira não é igualmente intensa contra quem não colabora com a realização de nossos desejos, contra quem a perturba e contra quem se lhe opõe. De modo análogo, ela aumenta, quando quem o faz é um amigo ou alguém que já favorecemos. Além disso, nas ocasiões em que os irados são frágeis ou inferiores, sua ira será menor do que a sentida pelos que são ou se imaginam superiores. Quando a satisfação de seus desejos está ameaçada ou suspensa, a ira dos inferiores pode estar acompanhada do incômodo com a indiferença ou o menosprezo de sua difícil situação, ao passo que a cólera dos superiores compreenderia não só a frustração do desejo, mas também a indignação com a desconsideração do inferior e a revolta diante da ação ou da inação de um inferior, que lhe deveria respeito, subordinação e prestatividade.

As paixões variam no tempo e no espaço e variam ainda em diferentes circunstâncias e conforme os distintos lugares sociais. Mas, pelo próprio fato de que no pensamento aristotélico essa variação não se modifica em condições históricas diversas, constatamos que sua concepção não corresponde ao modo como funciona essa mesma e distinta ideia no interior da História das sensibilidades. Nesta última, nossas sensações e sentimentos são produtos modificáveis de processos históricos e de relações sociais variadas e variáveis. Em que pese essa diferença fundamental, podemos

considerar que Aristóteles aponta a seu modo para a condição social das paixões: os indivíduos não as sentem independentemente de suas pertencas e identificações com lugares institucionais e com posições sociais. Em sua Retórica, identificamos um discurso que materializa a ideia de que é possível e necessário conhecer bem e logicamente o funcionamento das paixões para que possamos melhor mobilizá-las nas tentativas de conduzir um conjunto de ouvintes a aderir a certos pontos de vista e a agir em determinadas direções.

A tradição retórica latina vai compartilhar de alguns desses princípios aristotélicos, mas também vai lhe demarcar importantes diferenças. Com base nas provas técnicas do *logos*, do *ethos* e do *pathos*, os retores de Roma projetaram à sua maneira um modelo ideal das funções do orador: *docere*, *delectare* e *movere*. Cícero postula que a excelência oratória compreende o cumprimento dessas três tarefas:

Portanto, será eloquente aquele que no tribunal e nas causas civis falar de tal modo que consiga dar provas do que diz, ser agradável e emocionar seus ouvintes. Dar provas do que diz é uma condição necessária para o orador convencer seu público, mas mostrar-se agradável é fundamental para a obtenção de seu consentimento e emocioná-lo é um imperativo para persuadi-lo. De fato, entre essas três funções, é a emoção suscitada nos ouvintes a mais poderosa para que saíamos vitoriosos das causas que disputamos. Há para o desempenho de cada uma dessas tarefas do orador um estilo próprio de linguagem: um estilo preciso para provar algo, um estilo ameno para agradar ao público e um estilo veemente para comovê-lo, porque é somente aqui que reside toda a potência do orador. (Cícero, 2008, cap. XXI, 69, p. 25).

Identificamos nessas recomendações uma hierarquia entre essas funções. A capacidade de bem argumentar é indispensável ao convencimento nos desempenhos oratórios dos gêneros judiciário e deliberativo, mas não basta para persuadir os ouvintes. Para isso, é preciso ainda se mostrar agradável de modo a torná-los benevolentes e, principalmente, conseguir tocar seus corações. Sem a disposição patética favorável do auditório, condição necessária para a adesão afetiva a certa posição, as demonstrações ao cérebro, produzidas pelo raciocínio lógico, e as imagens positivas de si, derivadas da devida construção de um *ethos*, seriam insuficientes para a eficácia discursiva. Diferentemente do que vimos em Aristóteles, na perspectiva de Cícero, a emoção gerada nos ouvintes é o que há de mais poderoso para a conquista de vitórias em disputas oratórias; emocionar o público condição necessária para persuadi-lo. Além disso, não instruímos, agradamos e comovemos os interlocutores com o mesmo estilo de linguagem. Para o *docere*, o orador deve empregar principalmente um estilo simples e preciso; já para o *delectare*, um estilo leve e ameno; e, finalmente, para o *movere*, um estilo grave e veemente. É no desempenho dessa mais decisiva tarefa, a de comover os ouvintes, que se situa o ápice do potencial do orador. Aqui, o plano dos afetos é constitutivo da linguagem e essa dimensão patêmica é absolutamente crucial para a persuasão.

Outro nome incontornável da retórica da Roma antiga subscreve várias das ideias aristotélicas sobre as paixões, mas também estabelece uma importante diferença em relação a Aristóteles. Em sua *Instituição oratória*, Quintiliano indica que nossas emoções não são as mesmas diante de pessoas de condições e posições distintas e que elas podem ser divididas entre as que, se ligando mais ao *ethos* do que ao *pathos*, são mais calmas e contínuas, por um lado, e as que, se ligando mais ao *pathos* do que ao *ethos*, são mais vivas e momentâneas, por outro. De modo semelhante ao que encontramos em Aristóteles, na *Instituição*, também está presente a opinião de que o sentimento é mais decisivo do que as provas para a persuasão: “Nada poderia dar mais força à fala do que o apelo aos sentimentos”(Quintiliano, 2003, VI, 2, 2, p. 23). A capacidade de suscitá-los nos juízes faz com que eles favoreçam uma ou outra causa, porque assim que “comecem a se deixar levar pela cólera, pela compaixão, pelo ódio ou pela piedade, eles tomam a causa como algo pessoal, (...) e deixam de buscar metodicamente a verdade”(Quintiliano, 2003, VI, 2, 6, p. 24). Esses juízes seriam tocados pelo fluxo das paixões e arrastados por essa sua torrente emotiva. Quintiliano diz ainda o seguinte: Depois disso, identificamos um último e singular aspecto. Segundo sua experiência e a própria natureza das relações humanas, o retor romano apresenta este postulado:

O essencial, ao menos, segundo meu ponto de vista, é que, para melhor emocionar o outro, é preciso de que estejamos nós mesmos emocionados. Porque seria muito ridículo, se nos contentássemos em simular o ressentimento, a cólera e a indignação, tentando somente acomodar nossas frases e expressões fisionômicas a esses estados de alma, e não ao que de fato sentimos em nossas almas. Como poderíamos explicar que pessoas aflitas, sobretudo por golpes de dor que acabam de lhes ser desferidos, se mostrem muito mais desvoltas na comunicação livre e confiantes de seus sentimentos, ou que pessoas sem instrução, quando tomadas pela cólera, falem com muita desenvoltura, se não fosse pelo fato de que falam tomadas por uma forte emoção e por sentimentos profundamente verdadeiros. (...) Alguém se afligiria, ao me ouvir, se eu não estivesse sentindo a aflição que a minha fala pretende fazer o outro experimentar? Alguém vai se indignar, se aquele que pretende incitar a cólera não sente nada que seja parecido com ela? O juiz vai derramar alguma lágrima, se o advogado tiver os olhos secos? É impossível; porque somente o fogo pode incendiar.(Quintiliano, 2003, VI, 2, 28, p. 30-31).

Quintiliano sustenta nessa passagem a ideia segundo a qual para emocionar seu auditório o orador deve estar emocionado, ou, mais precisamente: para emocionar o outro de forma mais eficaz é preciso estar também tomado pela emoção. Ora mais ora menos modificada, essa ideia reaparecerá em compêndios de retórica produzidos em tempos e espaços bastante distantes da Roma antiga. De fato, esse e outros princípios e noções que foram formulados e/ou sistematizados nos tratados de Aristóteles, Cícero e Quintiliano ressurgirão frequentemente, com maiores ou menores alterações, em obras modernas congêneres.

Não raras vezes, retores de tempos e de lugares distintos irão reiterar que não se deve incendiar os auditórios ou nem mesmo fazer predominar o *pathos* em quaisquer circunstâncias, de qualquer modo e em qualquer parte de um pronunciamento. Aristóteles afirma que o ponto privilegiado, se não, exclusivo, para o orador suscitar ou intensificar as disposições afetivas em seu auditório é o epílogo, também chamado não raras vezes de peroração. Sua recomendação é a seguinte: depois de tornar o público favorável à sua causa e desfavorável à do adversário e de amplificar ou minimizar a grandeza dos fatos, “convém provocar no ouvinte comportamentos emocionais. Estes são: a compaixão, a indignação, a ira, o ódio, a inveja, a rivalidade, o sentimento de discórdia. Isto é ajustado fazer aqui e não nos proêmios”(Aristóteles, 2005, III, 19, 1419b, p. 296). Cerca de vinte e quatro séculos mais tarde e do outro lado do Atlântico, um compêndio de retórica iria reiterar e desenvolver essa ideia dos retores antigos, segundo a qual o orador deve respeitar muitas restrições na experiência e no despertar das paixões. Eis as quatro advertências relacionadas por seu autor:

1º. O calor que se manifesta nas expressões deve ser sempre proporcionado ao assunto e às circunstâncias, porque não há coisa mais ridícula do que falar com veemência sobre um assunto de pequena importância, ou que por sua natureza demanda ser tratado com muito sossego e tranquilidade. Além de que o homem, que em tudo quanto diz mostra paixão e veemência, é contemplado como um espírito turbulento, que não merece consideração nem confiança; 2º. Nunca deve fingir-se uma comoção, que não se sente, porque um tal disfarce vem sempre a descobrir-se por meio da expressão pouco natural, a qual expõe o orador à zombaria. A grande regra é, pois, o seguir a natureza, sem empregar jamais um modo de dizer que não concorde com o próprio gênio. 3º. Ainda quando o assunto autorize a veemência, e com ela simpatize o próprio gênio do orador, e ainda que seu calor seja verdadeiro e não fingido, deverá evitar que sua impetuosidade chegue a excesso, porque se o orador perder o império sobre si mesmo, cessará também de o ter sobre os seus ouvintes. Cumpre igualmente que não entre em inflamar-se logo desde o princípio, antes, sim, que comece com moderação. 4º. Finalmente, em todo o gênero de discursos públicos, é regra essencial a observação do decoro prescrito pelas circunstâncias do tempo, do lugar e do caráter do orador, sem que a infração desta regra possa jamais ser desculpada pelo calor da eloquência. Por isso, a veemência, que parece bem a um homem que goza de reputação e de autoridade respeitável, pode parecer contrária à modéstia em um jovem orador, e o tom jovial e os gracejos, que se permitem em certos assuntos e em certas assembleias, são inteiramente fora de propósito em assuntos graves e diante de uma assembleia respeitável. (Freire de Carvalho, 1856, Cap. XXVII, Seção I “Assembleias populares”, Regra IV, parágrafo 8, p. 227-230).

A retórica e a oratória são campos não muito afeitos às mudanças. Certa pretensão universal em várias obras da tradição retórica e certa conservação de padrões oratórios concorrem para a vida longa e para a ampla extensão de princípios e noções que remontam à retórica antiga, a despeito das muitas e profundas modificações históricas e sociais e das adaptações e inflexões que essas transformações

constituíram. Constatamos essa relativa perenidade no compêndio de Francisco Freire de Carvalho, sob a forma da reprodução pouco alterada destas recomendações: i) não é em qualquer gênero do discurso que se podem desdobrar as emoções; ii) as circunstâncias do gênero das assembleias populares são suscetíveis ao estilo veemente e caloroso de fala; iii) mas, mesmo aí, o orador não deve exagerar na intensidade e na extensão desse recurso; iv) ele deve despertar no outro a emoção de que ele próprio está investido; v) o recrudescimento da paixão precisa de certos limites e de um crescendo emocional presente tanto no orador quanto nos ouvintes, para que não se torne impulsos e descontroles e para que as emoções possam se conciliar com a exposição racional de argumentos; e vi) é necessária uma conveniência entre assuntos e estilos de linguagem, entre certos tons, as faixas etárias e as condições sociais dos oradores e dos auditórios. Em suma, as emoções são fornecidas pelo discurso, desempenham papel fundamental na persuasão, mas não devem ser mobilizadas de qualquer modo e por quaisquer uns nem devem ser destinadas a quaisquer públicos em quaisquer ocasiões.

Esses e outros discursos que materializam a ideia de que as palavras provocam ou intensificam as emoções já tinham sido produzidos antes e fora do âmbito da retórica, foram particularmente constituídos no interior desta última e continuariam a ser construídos em outras esferas sociais e em outros campos do conhecimento. Isso não significa, porém, que as emoções foram sempre e indistintamente objeto de consideração e de investigação. De modo mais preciso, no universo dos estudos da linguagem, ao longo de sua emergência, consolidação e delimitação recíproca, entre o século V a.C. e o século I a.C., quando se distinguem a retórica, a dialética e a gramática, coube somente à primeira considerar e discutir detalhadamente as relações entre usos da língua e estados afetivos, entre sentimentos e suas funções persuasivas. No *trivium* medieval, que perpetuou essa tripartição, só a retórica, a *ars bene dicendi*, ou seja, a técnica do discurso eficaz, que persuade os ouvintes, os conduzindo a aderir à posição do orador e a agir conforme sua indicação, se interessou pelas paixões. Isso porque a gramática, a *ars recte dicendi*, estudava a linguagem para recomendar a correção linguística dos enunciados, enquanto a dialética, a *ars uere dicendi*, examinava a adequação entre os enunciados e as coisas e ideias do mundo para distinguir as verdades essenciais do que eram apenas contingências e aparências. Não há, portanto, espaço para as relações entre as emoções e a linguagem na gramática e na dialética.

Na modernidade, a retórica não desfrutaria de boa reputação. Separados ou conjugados, os princípios e valores do Iluminismo, do Romantismo e do positivismo contribuíram decisivamente para o declínio da *ars bene dicendi*. Por mais diversas que elas sejam entre si, as monarquias absolutistas, as revoluções burguesas e as tiranias fascistas causaram reduções, suspensões e eliminações de práticas e ideias retóricas. Em contrapartida, fatores históricos, sociais, políticos e culturais concorriam para o surgimento do gérmen e, mais tarde, para a consolidação das pesquisas diacrônicas e comparativas entre as línguas e dos estudos da gramática geral (Trabant, 2021, p. 45-67). No método histórico

comparativo, quando o objeto da linguística são as mudanças das formas linguísticas, e no estruturalismo, quando seu objeto passa a ser as unidades, as regras de combinação dessas unidades e as relações de identidade e diferença que elas estabelecem entre si no interior de um sistema linguístico, não há maiores razões e ensejos para o tratamento das relações entre nossas falas e nossos afetos. O mesmo ocorre no gerativismo, uma vez que seu interesse se concentra na investigação da estrutura profunda da competência linguística, que compreende as regras finitas da língua com as quais produzimos um número infinito de frases gramaticais. As exceções nesse quadro são raras.

## AS EMOÇÕES NOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA LINGUAGEM

Já a partir da segunda metade do século XX, motivadas por fatores epistemológicos, mas também históricos, sociais e políticos, emergem ou se consolidam várias tendências linguísticas que se consagram aos usos concretos da língua produzidos por falantes reais em situações efetivas de fala. É nesse cenário que se estabelecem estas áreas dos estudos linguísticos: sociolinguística, teorias da enunciação, análises da conversação e múltiplas abordagens interacionistas, pragmáticas e textuais. A fala, o texto e os enunciados se tornam objetos centrais desses campos da linguística. Também a noção de discurso passa a frequentar cada vez mais esses campos, sendo concebida como algo que extrapola as fronteiras da língua, que concerne elementos culturais, sociais ou cognitivos da significação e que remete a sequências linguísticas efetivamente ditas e produzidas em contextos específicos. Recrudescem aqui as ideias de que há fenômenos linguísticos que ultrapassam os limites da frase, de que tais fenômenos devem ser considerados em situações concretas de fala e de que a produção dos sentidos decorre de articulações intrínsecas entre o que é dito e os contextos sociais em que as coisas são ditas.

Esses aspectos haviam sido frequentemente descurados por abordagens estruturalistas, cuja preocupação fundamental, conforme dissemos, era a descrição das unidades fonológicas, morfológicas e sintáticas e de suas regras de combinação nos diversos sistemas linguísticos. Trata-se aqui da passagem de um enfoque que privilegiava elementos e aspectos estáveis das línguas para um que aborda principalmente elementos e aspectos instáveis dos usos linguísticos. Essa passagem compreende o surgimento da Nova retórica e da Análise do discurso. Inicialmente e mesmo em seus primeiros desenvolvimentos, esses dois campos dos estudos da linguagem não fizeram das emoções um objeto de seu interesse. Na Nova Retórica, as paixões foram subsumidas na noção de “valores”, ou seja, nas visões de mundo, nas crenças e nas ideias que elas compreendem e que seriam fundamentais na adesão de auditórios, diante da exposição de raciocínios, que não são nem necessários nem arbitrários. Seus desenvolvimentos a conduziram ao postulado de que as situações argumentativas são profundamente emocionais e emocionantes, que nessas situações os “valores” compreendem desejos, interesses e

afetos, que há uma condição inseparável entre razões e emoções nos discursos argumentativos e que, apesar de tudo isso, a Nova retórica teria passado ao largo das emoções e de seu papel na argumentação (Plantin, 2011).

Discursos sem afetos. Foi assim que a AD considerou em larga medida seu objeto. A despeito da consistência de seus postulados e noções fundamentais, tais como o de que as ideologias derivam das condições materiais de existência e se materializam privilegiadamente nos discursos e o de que o discurso determina o que se diz e produz os sentidos das coisas ditas, a Análise do discurso passou por aperfeiçoamentos decorrentes tanto de reconfigurações históricas e sociais quanto de reflexões teóricas e metodológicas conduzidas por Michel Pêcheux e seu grupo. Com esses desenvolvimentos, a discursividade foi abordada de maneira cada vez mais complexa e abrangente. Quando de sua emergência, as análises recaíam, principalmente, no que era dito e na identificação de distintas posições ideológicas que se materializavam nos enunciados. Mais tarde, por volta da metade da década de 1970, os analistas aprofundaram seus estudos sobre as relações entre o que era dito e as distintas maneiras de fazê-lo. Desde então, a AD sustenta que a diversidade nas formulações linguísticas dos enunciados produz variações tanto nas identificações ideológicas quanto nos efeitos de sentido produzidos no discurso. Finalmente, desde o início dos anos de 1980, os suportes materiais pelos quais os enunciados são transmitidos e ainda os espaços sociais de sua circulação passam a ser concebidos como elementos que participam da produção dos sentidos. As análises, então, consideram o que se diz, o modo de dizer e os espaços e meios por onde transitam as coisas ditas, para melhor indicar sua decisiva conjunção na construção dos sentidos dos enunciados. O exame dessas três dimensões do discurso se tornou cada vez mais necessário e produtivo e sua designação se consolidou no Brasil sob a forma desta tricotomia: *constituição, formulação e circulação* do discurso (Orlandi, 2001).

Na esteira desses avanços da AD, outros se processaram, tais como as noções de *memória discursiva* e *enunciado dividido*, concebidas por Jean-Jacques Courtine (2009), e as de *heterogeneidade mostrada e constitutiva* e de *modalização autonímica*, propostas por Jacqueline Authier-Revuz (2004); a intersecção entre *cena englobante, cena genérica e cenografia*, pensada por Dominique Maingueneau (2015); e a noção de *discurso digital*, desenvolvida por Cristiane Dias (2018). Esses desdobramentos se aprofundaram nos estudos do discurso realizados no Brasil, onde se consolidaram várias áreas dedicadas ao exame da discursividade. Mas os afetos não foram devidamente contemplados nas análises do discurso que se fundamentam em Bakhtin, Pêcheux e Foucault. Já nos trabalhos da Argumentação e da Semiótica, as emoções se tornaram já há algum tempo um objeto privilegiado de interesse.

As emoções não foram um objeto privilegiado pela Análise do discurso. De fato, as sensações, os sentimentos e as sensibilidades tiveram importância bastante reduzida no exame da discursividade até um período bem recente. Não raras vezes, parece ter ocorrido algo ainda mais intenso: a relação entre a ordem do discurso e as emoções “foi colocada à parte ou sob a égide das estruturas sintáticas ou

das contagens lexicais” (Courtine, 2016, p. 15), em benefício da identificação das filiações ideológicas dos enunciadores. Sua condição sensível era uma espécie de ponto cego. Há várias razões para a modificação que está se processando atualmente nesse quadro. Uma delas reside na tomada de consciência de que “assim que deixamos de considerar o discurso como texto e assim que nos preocupamos em compreender a realidade de seus efeitos sobre aqueles que o produzem e sobre aqueles que o recebem, as emoções que a fala suscita se impõem, sem que possamos calá-las” (Courtine, 2016, p. 18). Uma segunda razão consiste na pertinência e na produtividade de uma abordagem discursiva dos componentes afetivos das práticas e representações da linguagem humana: “O que produz os laços entre as emoções e o discurso é o caráter coletivo das emoções, a condição histórica de todas elas, as modalidades discursivas e a dimensão inconsciente que são, enfim, absolutamente constitutivas de sua existência” (Courtine, 2016, p. 29).

No bojo dessas duas razões, há ao menos mais uma. Essa terceira razão respeita aos avanços que a abordagem discursiva das emoções pode aportar ao tratamento que lhes é dispensado em parte dos estudos da argumentação. Estes últimos já indicaram corretamente a diferença entre as emoções declaradas no discurso e as emoções indicadas pelo discurso, entre discursos emocionados e discursos emocionantes. Além disso, já postularam acertadamente que a demonstração racional ao cérebro desacompanhada de alguma sedução patêmica da alma tende a ser insuficiente para a adesão de um público a certa posição discursiva e para fazê-lo agir conforme essa posição. Finalmente, já apontaram não apenas para o fato de que a afetividade na linguagem se inscreve nas formas e recursos dos níveis prosódico, lexical, sintático e estilístico, mas também para a necessidade de suspender a separação estanque entre razão e emoção, na medida em que ambas são constituídas conjuntamente pelas mesmas unidades e recursos da linguagem: “representação racional e emoção são produzidas pelas mesmas palavras, pelas mesmas construções e pelos mesmos argumentos” (Plantin, 2011, p. 5).

Mas esses estudos ainda pecam pelo exame de casos pontuais, ou seja, de textos específicos, a partir de um enfoque situacional. Analisam estados tímicos e suas eventuais modificações em estados fásicos num texto ou numa interlocução: enquanto uma entrevista de emprego é estressante, uma conversa com amigos num restaurante é descontraída. Esses estados tímicos podem se alterar com estes desdobramentos fásicos: “um acontecimento indutor 1) perturba um estado psíquico de base; 2) provoca uma excitação no sujeito; e 3) essa excitação é seguida por um abalo e por um retorno à média do estado tímico”(Plantin, 2011, p. 126). Assim, essas análises tratam da calma ou da firmeza de um orador num pronunciamento e de suas eventuais oscilações emocionais, porém não consideram as sensações e os sentimentos que um grupo nutre por outro, que um segmento social tem ou não por um governo ou por um setor político. Esses e outros afetos estarão presentes nos discursos de seus enunciadores materializados em seus diversos textos, cujos enunciados serão formulados de modo mais ou menos singular.

Há reduções e distorções nessa concepção textual e em abordagens estritamente jurídicas de discursos que concentram, expressam e provocam grande carga afetiva, tal como o discurso de ódio. Essas reduções e distorções derivam da ausência de uma visada histórica, social e política desse fenômeno. Racismo, ódio de classe, machismo, homofobia e atrocidades afins não podem ser reduzidos a algo pontual e pessoal, porque são constituições históricas e sociais. Deformidades dessa natureza ocorrem quando se circunscreve o poder deletério desse discurso à produção particular de um ato injurioso de linguagem, se atribui às ofensas e ameaças a condição de um ato isolado e, finalmente, se reduz um tal ato à conduta específica de um indivíduo. A necessária precaução ante tais reduções e distorções e o devido enfoque a ser dispensado ao discurso de ódio não correspondem, evidentemente, à desoneração de responsabilidade do indivíduo e à sua anistia no plano jurídico.

## ANÁLISE DO DISCURSO E HISTÓRIA DAS SENSIBILIDADES

É justamente com base na consideração desse papel fundamental que os estudos do discurso podem se encontrar com a História das sensibilidades. Por meio dessa articulação, aprendemos que as práticas e as representações de linguagem são atravessadas por afetos e que os sentimentos e as sensações de nossos cinco sentidos (a visão, o paladar, a audição, o tato e o olfato) se alteram com as variações do tempo, com as distribuições no espaço e com as partilhas e fragmentações sociais, enfim, com os consensos e conflitos que formam as sociedades. Nossos padrões sensoriais e nossos regimes de sensibilidade são se reduzem a algo biológico, psicológico e individual, nossas emoções não são imutáveis nem universais, pois se formam, se intensificam, refluem e se modificam no cerne de processos históricos e de estruturas sociais (Corbin; Courtine; Vigarello, 2020, p. 9-11).

As emoções têm uma história e são experimentadas em sociedade. Suas modificações no tempo e suas variações no espaço decorrem de partilhas materiais da sensibilidade gestadas por processos históricos e relações sociais. Na composição, no fortalecimento e nas alterações dessas partilhas, os discursos desempenham papel fundamental. Com efeito, os discursos jamais são completamente desafetados e estão no cerne da formação, das gradações e das alterações dos sentimentos e das paixões. Diante desses e de tantos outros desenvolvimentos historiográficos que examinam as emergências, as consolidações e as transformações das sensibilidades, as relações entre elas e a história, entre os afetos e a sociedade não mais deveriam estar ausentes dos estudos do discurso nem estar aí presentes de modo secundário e pouco produtivo. Isso porque os discursos expressam, tematizam e suscitam emoções, porque eles exprimem tanto as que são sentidas quanto as que são simuladas pelo falante, tratam daquelas identificadas ou atribuídas a outrem e ainda as provocam nos interlocutores. Mas, além da expressão, da tematização e da provocação dos afetos, discursos os constituem e são por eles constituídos.

Ao postular a existência de uma ordem do discurso, Foucault supõe que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2000, p. 8). Essa produção e seus produtos são marcados pela raridade, pois o discurso é um conjunto sempre finito de coisas distas. Ante essa condição rara do discurso, o filósofo afirma que sua análise implica a consideração das condições históricas de emergência de seus enunciados, em detrimento dos inúmeros outros que poderiam ter sido formulados em seu lugar. Essa consideração deve estar fundamentada na “crítica do documento” (Foucault, 1997, p. 7), que consiste em analisar as práticas de linguagem, não na direção para as quais elas apontam, mas na dimensão histórica e social que as constituem. Nessas produções, há relações de força e de sentido, mas há também sensações, sentimentos e sensibilidades. O que marca as lutas do discurso são as posições dos sujeitos. Tais posições discursivas não são jamais assumidas sem afeto.

Com frequência, os analistas de discurso reiteram a afirmação de que a AD se constituiu como um campo de saber mediante a “articulação de três regiões do conhecimento científico” (Pêcheux; Fuchs, 1997, p.163): o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise. Desde Freud, esta última nos ensinou que há desejos e forças inconscientes, que fogem de nosso controle racional, atuando decisivamente em nossas mentes e em nossos corações. Já antes de nosso nascimento e ao longo de toda nossa vida, estamos imersos num caos de vontades e de emoções, que se vai pondo mais ou menos em ordem instável a partir de nossos encontros e confrontos com o mundo e com os seres que são objeto de nossos primeiros e grandes amores, mães, pais e afins. Da psicanálise para a Análise do discurso vieram ou se reforçaram o descentramento do sujeito, a “leitura sintomal”, a opacidade da linguagem e o “real da língua”, em boa medida em detrimento dos exames dos afetos. Estes últimos apenas recentemente passaram a se constituir como seu domínio de interesse. Não há nisso nenhum demérito. Todo campo do conhecimento precisa de critérios, focos e recortes para a constituição de seu objeto específico, que justifique sua emergência e consolidação. Sem que nesta avaliação resida alguma pretensão totalizante, como se à AD tudo coubesse, julgamos que a abordagem discursiva das emoções é pertinente e produtiva, conforme indicamos aqui.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há significação sem afeto nem afeto sem significação. Este enunciado materializa um discurso mais ou menos recente nas ciências da linguagem sobre as relações entre as emoções e a fala humana. Como uma espécie de ponto de chegada de uma longa e diversificada história de distintas coisas ditas a propósito desses laços entre nossas palavras e nossas paixões, esse discurso, que não mais separa de forma estanque e absoluta *logos*, *ethos* e *pathos*, ou seja, argumentações por meio de

raciocínios preferíveis, imagens dos enunciadores e afetos dos interlocutores e que os articula à construção dos sentidos, aportou nos últimos tempos em alguns dos atuais desdobramentos dos estudos discursivos. Desde então, as relações entre os discursos e as emoções foram e continuam a ser objeto de pesquisas, publicações e eventos<sup>3</sup>.

A dimensão afetiva é indissociável e constitutiva da linguagem humana. Não há atividade discursiva destituída de afetos. Além disso, as paixões são absolutamente decisivas nas produções de nossas falas e de nossas escutas e desempenham um papel fundamental na comoção, na identificação e na adesão dos sujeitos de uma sociedade às diversas e conflitantes pautas e posições. Com base nesses encontros e conquistas, podemos sustentar a ideia de que as comunidades discursivas se formam tanto pelo que dizem seus membros, a partir da constituição histórica de seus enunciados, pelos modos como eles formulam seus dizeres e pelos meios materiais e espaços sociais em que circulam, se conservam ou se esvaem as coisas ditas, quanto pelas sensações e afetos que compartilham entre si e que experimentam diversamente de outras comunidades. A “natureza” dessa formação compreende, evidentemente, graus distintos e combinações variadas em diferentes classes e grupos sociais.

Os discursos manifestam, mencionam e movem as emoções. Além disso, a discursividade é constituída de afetos e os constitui em suas enunciações e em seus enunciados, no que dizem e no que calam. De modo análogo ao que ocorre com outros sentidos e sensações, que estão ora mais ora menos articulados e que são irredutíveis uns aos outros, entre as emoções e o discurso também existem relações fundamentais: os afetos são expressos, suscitados e reforçados ou abrandados pelos discursos, mas também são formados e transformados pelo que dizem os sujeitos de uma sociedade a seu respeito e a respeito de outros temas, por seus modos de dizer e pelas circulações diversas das coisas ditas.

Conhecemos bem o postulado da AD, segundo o qual o discurso constitui objetos, sentidos e sujeitos. A discursividade não se reduz a um ato individual de fala. É, antes, uma prática histórica e social que constrói os objetos de que fala e os sentidos e sujeitos do discurso. Não haveria razão para duvidar de que ela tem um papel constitutivo na formação e nas modificações dos afetos das classes, grupos e membros de uma sociedade. Em suma, o discurso é uma prática que constrói os objetos, os sentidos e os sujeitos, mas ele também produz os sentidos e os sentimentos de cada uma e de cada um de nós.

## REFERÊNCIAS

Aristóteles (2005). *Retórica*. Coimbra, Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Authier-Revuz, J. (2004). Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. In: *Entre a transparência e a opacidade*. Porto Alegre, EdUPUCRS.

---

<sup>3</sup> O Labor/UFSCar e Lire/UFSCar têm se dedicado ao exame dessas relações entre os discursos e as emoções. Conferir, por exemplo, Piovezani (2020); Curcino (2022); Piovezani; Curcino; Sargentini (2024). Além disso, as duas últimas edições do Colóquio Internacional de Análise do discurso (CIAD) foram consagradas a esse tema.

- Cícero. (2008). *L'orateur*. Paris, Les Belles Lettres.
- Corbin, A.; Courtine, J-J.; Vigarello, G. (Orgs.). (2020). *História das emoções: Da Antiguidade às Luzes* vol. 1. Petrópolis, Editora Vozes.
- Courtine, J-J. (2009). *Análise do discurso político*. São Carlos, EdUFSCar.
- Courtine, J-J. (2016). A era da ansiedade: discurso, história e emoções. In: *(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos, EdUFSCar, p. 15-29.
- Curcino, L. (2022). *Leitores orgulhosos, leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura*. Álabe (Revista de la Red de Universidades Lectoras), v. 25, p. 1-14.
- Desbordes, F. (1989). Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques. In: *Histoire des idées linguistiques*. Vol. 1. Liège, Bruxelles, Pierre Mardaga.
- Dias, C. (2018). *Análise do discurso digital*. Campinas, Pontes.
- Fiorin, J. L. (2024). Paixões e apaixonados na linguagem. In: *O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. São Paulo: Parábola.
- Foucault, M. (1997). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Foucault, M. (2000). *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola.
- Freire de Carvalho, F. (1856). *Lições elementares de eloquência nacional, para uso da mocidade de ambos os hemisférios, que fala o idioma português*. Lisboa, Tipografia Rollandiana.
- Górgias. (2005). Elogio de Helena. In: *O efeito sofisticado*. São Paulo: Editora 34.
- Maigne, D. (2015). *Discurso e Análise do discurso*. São Paulo, Parábola.
- Orlandi, E. (2001). *Discurso e texto*. Campinas, Pontes.
- Pêcheux, M.; Fuchs, C. (1997). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp.
- Plantin, C. (2011). *Les bonnes raisons des émotions*. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné. Berna, Peter Lang.
- Piovezani, C. (2020). *A voz do povo: uma longa história de discriminações*. Petrópolis, Vozes.
- Piovezani, C.; Curcino, L.; Sargentini, V. (Org.). (2024). *O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. São Paulo: Parábola.
- Quintiliano. (2003). *Institution oratoire*, Paris, Les Belles Lettres.
- Romilly, J. (2019). *Rhétorique et magie en Grèce ancienne*. Paris, Les Belles Lettres.
- Trabant, J. (2021). *A linguagem, objeto de conhecimento*. São Paulo, Parábola.